

Rio de Janeiro (RJ), 14 de maio 2015.

À

**DD. DIRETORIA DA
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO
AV. CLIMACO DE FIGUEIREDO (ANTIGA AV. BEIRAMAR), 340 – BAIRRO ITAPEBA
CEP 24900-000 - MARICÁ - RJ**

**REF.: RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE N° 95/2015 SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO,
ENCERRADAS EM 31/12/2014.**

Prezados Senhores,

Servimo-nos da presente para encaminhar à atenção de V.Sas., nosso relatório final de auditoria, sobre as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2014, contendo recomendações e comentários críticos sobre os procedimentos e controles internos atualmente adotados pela entidade.

Nosso exame abrangeu a avaliação dos controles internos e procedimentos contábeis; adotados nas diversas áreas e foi efetuado de acordo com os padrões reconhecidos de auditoria, incluindo provas nos registros contábeis e exame da documentação comprobatória, na base de testes seletivos e na extensão que julgamos necessária, segundo as circunstâncias e de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil.

A seguir apresentamos nosso trabalho.



TGB - AUDITORIA INDEPENDENTE S/S
CRC N° 6133/O-3- RJ
ANTONINHO DA COSTA SOUZA
Contador 1CRC/RS – 30.935/O-5 – “S” - RJ
Responsável Técnico

1. CONTROLES INTERNOS

1.1. POSSÍVEIS RISCOS E CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

Como parte dos procedimentos de auditoria e em conformidade ao atendimento das normas contábeis, consubstanciadas na Resolução CFC nº 1.180/2009 e NBC T 19.7 e, em comum acordo com o Contador da entidade, foi solicitada circularização junto à Assessoria Jurídica que atende a Confederação Brasileira de Tiro com Arco, sobre eventuais contingências judiciais na esfera Cível, Trabalhista ou Tributário. Conforme informações emitidas pela Assessoria Jurídica da entidade, datado de 15/05/2015, não há qualquer ação judicial ativa que envolva a referida entidade, seja no polo passivo ou ativo.

2. AUDITORIA CONTÁBIL

2.1. ATIVO

2.1.1. CAIXA

Em 31/12/2014 apresenta saldo de R\$ 417,01. Examinamos as transações efetuadas, bem como as repositões de caixa, aferindo a conformidade dos registros.

2.1.2. BANCOS CONTA MOVIMENTO

O saldo em 31/12/ 2014 é de R\$ 31.531,69, conforme demonstramos:

Banco	Conta	Saldo Razão 31/12/2014	Saldo Extrato Bancário 31/12/2014	Divergência
Caixa Econ. Fed.	410-9 Lei Piva 2013	7.241,13	7.241,13	-
Caixa Econ. Fed.	422-0 Rec. Próprios	647,20	647,20	-
Caixa Econ. Fed.	1650-5 Rec. Próprios	14.627,50	14.627,50	-
Caixa Econ. Fed.	1910-5 Lei Piva 2014	29,70	29,70	-
Caixa Econ. Fed.	1965-2 CPB Manutenção	34,20	34,20	-
Caixa Econ. Fed.	1966-0 CPB Auxílio At.	1,20	1,20	-
Caixa Econ. Fed.	1909-1 Solidariedade	1.314,29	1.314,29	-
Caixa Econ. Fed.	2107-0 Solidariedade	29,70	29,70	-
Caixa Econ. Fed.	2109-6 Nova Solidariedade	1.155,63	1.155,63	-
Banco do Brasil	40.880-8	6.451,14	6.451,14	-
Total		31.531,69	30.884,49	-

Confrontamos os saldos contábeis com os saldos apresentados nos extratos bancários encontrando compatibilidade dos saldos.

Conta nº 422-0 – Caixa Econômica Federal

Destacamos que o saldo apresentado em 31/12/2014 de R\$ 647,20 é remanescente de exercício anterior, portanto no período auditado, não teve movimentação nesta conta, salvo as tarifas mensais de manutenção bancária.

2.1.3. TÍTULOS VINCULADOS MERCADO ABERTO

Saldo em 31/12/2014 R\$ 350.821,98 conforme a seguir:

Banco	Conta	Saldo Razão 31/12/2014	Saldo Extrato Bancário 31/12/2014	Divergência
Caixa Econ. Fed.	1650-5 Rec. Próprios	110.275,87	110.275,87	-
Caixa Econ. Fed.	1910-5 Lei Piva 2014	156.638,56	156.638,56	-
Caixa Econ. Fed.	1965-2 CPB	5.833,74	5.833,74	-
Caixa Econ. Fed.	1966-0 CPB	4.226,69	4.226,69	-
Banco do Brasil	510.037-7	31.839,29	31.839,29	-
Caixa Econ. Fed.	2107-0 Solidariedade	42.007,83	42.007,83	-
Total		350.821,98	350.821,98	-

Procedemos ao exame das contas de aplicações financeiras, objetivando verificar sua consistência, para este fim, aplicamos testes nos registros contábeis, procedemos à circularização junto às instituições financeiras custodiantes; constatando evidências sobre a existência dos valores escriturados na contabilidade, conforme extrato emitido pelos bancos.

2.1.4. CIRCULARIZAÇÕES JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 12/05/2015 como parte do planejamento dos trabalhos de auditoria e em comum acordo com os Administradores da entidade, foi solicitada circularização junto às instituições financeiras (incluindo fornecedores) sobre as contas bancárias movimento, aplicações financeiras ou outros Ativos financeiros, sem retorno até a conclusão de nossos trabalhos.

As Cartas de Circularizações encaminhadas para os destinatários, fazem parte dos procedimentos de auditoria de coleta de informações externas com as partes relacionadas, para a confirmação ou não do valor das transações em aberto em 31/12/2014.

2.1.5. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Refere-se a adiantamento para custeio de despesas que em 31/12/2014 remanesce saldo de R\$ 630,20, que tem origem na seguinte transação:

Data	Descrição	Valor
18/12/2014	CPB - ADIANTAMENTO PARA SANDRA MARIA TEIXEIRA ALVIM	750,00
22/12/2014	CPB - PAGAMENTOS EFETUADOS POR SANDRA MARIA TEIXEIRA ALVIM	(119,80)
	CPB - SALDO A DEVOLVER POR SANDRA MARIA TEIXEIRA ALVIM	630,20

2.1.6. OUTROS ADIANTAMENTOS – S.B. MARKETING E PROMOÇÕES

O saldo em 31/12/2014 está composto pelos seguintes valores:

Data	Descrição	Valor
31/03/2014	ENVIO TED	2.204,31
12/12/2014	EMISSÃO DE ORDEM BANCÁRIA BANCO DO BRASIL	17.555,36
	EMISSÃO DE ORDEM BANCÁRIA BANCO DO BRASIL	313,51
15/12/2014	EMISSÃO DE ORDEM BANCÁRIA BANCO DO BRASIL	9.220,00
18/12/2014	PAGAMENTO TRIBUTO PELO BANCO DO BRASIL	2.860,00
	PAGAMENTO TRIBUTO PELO BANCO DO BRASIL	990,00
	PAGAMENTO TRIBUTO PELO BANCO DO BRASIL	1.320,00
	PAGAMENTO TRIBUTO PELO BANCO DO BRASIL	990,00
	PAGAMENTO TRIBUTO PELO BANCO DO BRASIL	825,00
	PAGAMENTO TRIBUTO PELO BANCO DO BRASIL	2.431,00
	PAGAMENTO TRIBUTO PELO BANCO DO BRASIL	2.431,00
Saldo		41.140,18

Inspecionamos os registros contábeis e verificamos que os valores abrigados nessa rubrica, tratam-se de emissão de ordens bancárias e pagamento de tributos, a priori, tratam-se de despesas ou recolhimento de retenção de tributos. No histórico dos lançamentos no razão e conciliações efetuadas, não estão suficientemente esclarecidos a origem das transações.

Destacamos que não se tratam de Ativos realizáveis.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

2.1.7. IMOBILIZADO

Examinamos os registros efetuados no razão e a composição do saldo das contas do Imobilizado compostas em 31/12/2014:

Contas	Saldo 31/12/2014	Depreciação Acumulada	Valor Residual 31/12/2014
Imóveis	34.000,00	6.691,24	27.308,76
Móveis e utensílios	45.319,37	17.455,16	27.864,21
Equip.esportivos com terceiros	827.115,19	173.464,44	653.650,75
Máquinas equipamentos	34.814,01	10.320,01	24.494,00
Computadores e periféricos	18.545,63	10.519,81	8.025,82
Instalações	200.534,47	8.943,24	191.591,23
Total	1.160.328,67	227.393,90	932.934,77

Aferimos os registros contábeis dos bens patrimoniais do Imobilizado, verificando que estão apoiados basicamente nos registros contábeis, não tivemos acesso às fichas individuais de controle patrimonial, que tem como objetivo o controle auxiliar. A entidade não nos disponibilizou o inventário dos seus bens patrimoniais, ferramenta base para fins de balizando com os registros contábeis.

Conferimos que os bens corpóreos classificados como Imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos da Depreciação Acumulada, calculada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A entidade não nos disponibilizou para fins de exame o "Termo de Responsabilidade" de uso e guarda dos bens no ambiente interno da entidade.

2.1.7.1. INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS DA ENTIDADE

A entidade ainda não possui inventário dos seus bens patrimoniais, destacamos que o inventário é uma ferramenta de controle interno e base para fins de balizando com os registros contábeis, independente da documentação de suporte de aquisição dos bens.

2.1.7.2. TERMOS DE RESPONSABILIDADE DE GUARDA DOS BENS PATRIMONIAIS EM USO

Informamos que o objetivo principal do "Termo de Responsabilidade" é a guarda e conservação do estado físico dos bens em uso pelos servidores, além de preservar sua localização e compatibilidade com a relação inventarial.

2.1.7.3. METODOLOGIA DA DEPRECIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS

Desde a publicação da nova legislação contábil (Lei nº 11.638/2007), diversas alterações foram implantadas na contabilidade, dentre elas estão os critérios de avaliação dos ativos e em especial a questão da nova depreciação contábil apurada na forma prevista em lei.

Anteriormente à vigência da norma retro mencionada, a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente, no entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais são percebidas divergências entre a legislação fiscal e a societária.

No presente balanço a depreciação foi efetuado de acordo aos critérios fiscais, entretanto, esclarecemos que a entidade auditada não possui finalidade lucrativa, portanto, este critério utilizado, não tem impacto fiscal e nem de caixa.

A observação efetuada é baseada no conteúdo da Lei que trata sobre a convergência às novas normas contábeis, considerando que os registros contábeis da Confederação Brasileira de Tiro com Arco estão orientados pela Lei societária.

RECOMENDAÇÃO

- Recomendamos o levantamento inventarial dos bens patrimoniais da entidade, como ferramenta de apoio gerencial.

SUGESTÃO

- Sugerimos formalizar os "Termos de Responsabilidade" em todos os órgãos internos da entidade.

2.1.7.4. AQUISIÇÕES DE BENS DO IMOBILIZADO

Aferimos os procedimentos de registro de aquisições de bens patrimoniais, verificamos por amostragem a documentação de suporte dos bens adquiridos, encontrando conformidade com os registros contábeis.

Em 31/12/2014 a entidade imobilizou o valor de R\$ 827.115,19. Conforme informações da entidade este valor é decorrente da aquisição de equipamentos e material esportivo efetuados no exercício de 2011, para atender o Convênio nº 761297/2011 celebrado com o Ministério dos Esportes; na ocasião foi apropriado no sistema de resultados.

Destacamos que naquele exercício, os referidos bens foram cedidos às Federações ligadas, através de Contrato de Comodato, pelo prazo de cinco anos.

Conforme Cláusula nona – Do Controle, Fiscalização e Gerenciamento do referido Convênio é prerrogativa da Concedente exercer o controle e fiscalização sobre a execução deste Convênio. Destacamos que a entidade, não nos disponibilizou evidências ou controles auxiliares de controle inventarial dos referidos bens cedidos a terceiros.

RECOMENDAÇÃO

- Recomendamos atender aos termos do Convênio em referência, promovendo o levantamento

inventarial dos bens patrimoniais cedidos em caráter de Comodato, como ferramenta de apoio gerencial.

2.1.8. INTANGÍVEL

Revisamos os registros contábeis dos Bens Incorpóreos classificados como Intangível, constatando que se tratam de propriedade da entidade, estão sob controle desta entidade e são geradores de benefícios futuros, por tratar-se de infraestrutura base de registros, quanto ao Software.

Estão avaliados ao custo de aquisição e deduzidos da amortização acumulada, calculada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contas	Saldo 31/12/2014	Amortização Acumulada	Saldo residual 31/12/2014
Direito de uso – Software	9.960,00	9.321,79	638,21

3. PASSIVO

3.1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS/PREVIDENCIÁRIAS

Em 31/12/2014 apresenta saldo de R\$ 54.541,60, composto pelas seguintes subcontas:

Imposto	Saldo R\$ 31/12/2014
INSS a recolher	14.720,28
FGTS a recolher	4.321,40
IRRF 0561 a recolher – folha de pagamento	8.050,51
IRRF 0588 autônomos	3.342,53
INSS retido de terceiros	23.222,72
IRRF 3208 – retenção sobre aluguel PF	69,67
IRRF 0588 – ajuda de custo	274,31
PIS sobre salários a recolher	540,18
Total	54.541,60

3.1.1. INSS AUTÔNOMOS

Esta conta apresenta saldo de R\$ 23.222,72, refere-se a retenções do INSS incidentes sobre o pagamento aos prestadores de serviços autônomos.

Data	Descrição	Valor R\$
31/07/2013	PROV INSS CONF FOPAG JUL/13	10.709,92
20/08/2013	PAGTO INSS CONF FOPAG - JUL/13	(9.012,76)
30/11/2013	PROV INSS CONF FOPAG COMPLEMENTAR - NOV/13	3.564,00

31/12/2013	PROV INSS CONF FOPAG DEZ/13	15.729,76
17/01/2014	PAGTO INSS CONF FOPAG - DEZ/13	(19.521,03)
19/09/2014	PAGTO A MAIOR INSS CONF FOPAG - AGO/14	(35,53)
31/10/2014	PROV INSS CONF FOPAG - OUT/14 (PAGTO A MENOR)	2.821,26
30/11/2014	PROV INSS CONF FOPAG - NOV/14 (PAGTO A MENOR)	2.363,94
31/12/2014	PROV INSS CONF FOPAG - DEZ/14	16.603,16
Saldo		23.222,72

Inspecionamos os lançamentos no razão, cotejamos com as conciliações efetuadas e verificamos que parte dos saldos são remanescentes do exercício de 2013.

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos providências saneadoras sejam tomadas objetivando o recolhimento dos encargos retidos em exercício anterior e os de competência do exercício de 2014 com a urgência necessária.
- O histórico dos registros indica a retenção de encargos pendentes de recolhimento à Previdência, o que pode vir caracterizar apropriação indébita de encargos.

3.1.2. IRRF 0588 AUTÔNOMOS

Em 31/12/2014 apresenta saldo de R\$ 3.342,53 com a seguinte posição:

Data	Descrição	Valor R\$
31/12/2012	SALDO REF AO BALANÇO DE 2012	744,26
31/07/2013	PROV IRRF 0588 S/RPA JOSÉ PINTO DE ALMEIDA - JUL/13	740,87
31/12/2013	PROV IRRF 0588 S/RPA AUTONOMOS - DEZ/13	216,02
30/11/2014	PROV IRRF 0588 S/SERVIÇOS FERNANDO WOLF SWATOWISKI - NOV/14	48,08
31/12/2014	PROV IRRF 0588 S/SERVIÇOS PRESTADOS - DEZ/14	1.593,30
Total		3.342,53

Examinamos os lançamentos no razão, cotejamos com as conciliações efetuadas e verificamos que partes dos saldos são remanescentes do exercício de 2012, pendentes de recolhimentos à Receita Federal.

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos providências saneadoras sejam tomadas objetivando o recolhimento dos tributos retidos em exercícios anteriores e os de competência do exercício de 2014 com a urgência necessária.

O histórico dos registros indica a retenção de impostos pendentes de recolhimento à RFB, o que pode vir caracterizar apropriação indébita de tributos, na forma da Lei nº 8.137/1990, art. 2º.

3.2. PROVISÕES

Em 31/12/2014 apresenta saldo de R\$ 70.807,00, composto pelas seguintes rubricas:

Conta	Saldo em 31/12/2014
Provisão de férias	70.807,00

Trata-se de registro contábil das férias em decorrências das estimativas contábeis e em conformidade com as normas e princípios contábeis do Regime de Competência – Resolução CFC nº 750/1993.

Analizados os lançamentos efetuados no razão, constatou-se que não há evidências do registro dos encargos sociais do INSS, FGTS e 1/3 de férias, incidentes sobre o valor-base das férias proporcionais provisionadas.

A entidade não nos disponibilizou as bases de cálculo para fins de revisão e testes de auditoria.

Esta inconsistência causa impacto na formação do resultado apurado em 31/12/2014.

RECOMENDAÇÕES

Atender a norma contábil retro mencionada.

3.3. LEI DE INCENTIVO – LEI AGNELO/PIVA

Em 31/12/2014 apresenta saldo de R\$ 236.867,69, representado pelas seguintes rubricas:

Projeto	Data	Valor do Projeto R\$	Evento	Saldo R\$ 31/12/2014
TA068/14CC4.6	25/08/2014	97.270,00	Panamericano Argentino	15.991,01
TA082/14CC4.6	01/12/2014	58.197,16	Campeonato Brasileiro	17.979,35
TA090/14CC1.1	02/10/2014	21.896,00	Assembléia out/2014	10.459,32
TA100/14CC4.6	23/10/2014	79.000,00	Campeonato Brasileiro	16.487,55
TA103/14CC3.4	01/12/2014	58.197,16	Centro de treinamento	17.045,79
TA106/14CC.1.1	01/12/2014	13.366,00	Programas e projetos	13.203,53
Total	-	-	Aplic.financiera da Lei Piva ref. C/C 1910-5	102.462,75

Pelo processo de amostragem analisamos os registros contábeis, revisamos as conciliações efetuadas pela contabilidade, aferindo sua regularidade dos Projetos em destaque, limitada à amostra selecionada.

3.4. CONVÊNIOS

Em 31/12/2014 apresenta saldo de R\$ 19.447,88 e se refere aos seguintes convênios:

Convênio	Data	Valor R\$	Saldo R\$ 31/12/2014
ME/CBTARCO 776541/2012 Ref.	30/11/2014	57.396,65	6.239,58
ME/CBTARCO 777082/2012 Ref.	27/10/2014	120.080,84	4.111,18
TCCPB 155/2013 Auxílio Bolsa	2014	108.966,12	2.307,41
TCCPB158/2013 Manutenção	2014	163.827,00	6.781,54
TCCPB Argentina	29/09/2014	270.000,00	8,17
Total			19.447,88

Pelo processo de amostragem analisamos os registros contábeis, revisamos as conciliações efetuadas pela contabilidade, aferindo sua regularidade dos Convênios em destaque, limitada à amostra selecionada.

3.5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31/12/2014 apresenta o valor de R\$ 798.979,17, composto pelas seguintes contas:

Conta	Saldo em 31/12/2014
Superávit acumulado	53.173,58
Resultado do exercício 2014	745.805,59
Total	798.979,17

Aferimos que os valores apresentados em conformidade com os registros contábeis.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Está estruturado em conformidade com a legislação societária; estão demonstradas as receitas e despesas do período, evidenciando um superávit operacional de R\$ 745.805,59 em 31/12/2014, que representa 15,34% do total da receita auferida.

Conta	Saldo em 31/12/2014
RECEITAS:	4.862.159,54

Programas e Projetos	267.786,47
Desenvol. Manutenção de desporto	153.347,90
Formação de recursos humanos	47.908,26
Preparação Téc/Centro Treinamento	1.330.667,33
Manutenção/locomoção de atletas	223.767,38
Participação em eventos esportivos	536.606,00
Convênios	1.067.433,07
Receitas de Federações	23.200,00
Receitas diversas	192.488,91
Receita não operacional-diversas	1.014.592,41
Receitas financeiras	4.361,81
DESPESAS OPERACIONAIS:	4.041.177,60
Despesas com pessoal lei Agnelo/Piva	965.230,02
Despesas Administrativas - lei Agnelo/Piva	2.128.102,34
Custo de patrocinadores	73.141,66
Convênios	351.047,79
Despesas com pessoal/convênio	150.490,87
Despesas administrativas-convênios	274.718,87
Despesas solidariedade olímpica	98.245,78
Despesas não-operacionais	200,27
DESPESAS OPERC-RECUSOS PRÓPRIOS:	75.176,35
Despesas administrativas-recurso próprio	60.553,83
Despesas com pessoal-recurso próprio	250,00
Despesas financeiras	13.922,01
Despesas tributárias	450,51
Superávit do exercício	745.805,59

Procedemos à análise pelo método de amostragem das contas de Receitas e Despesas, no período encerrado em 31/12/2014, constatando que os registros contábeis estão suportados por documentos idôneos; os procedimentos de apropriação de receitas/despesas e pagamentos efetuados são realizados com segurança e em conformidade com as normas contábeis vigentes.

No exercício encerrado em 31/12/2014 a entidade apresentou um superávit de R\$ 745.805,59. Este resultado teve como origem a apropriação na receita o valor de R\$ 827.115,19, proveniente da aquisição de equipamentos e material esportivo efetuados no exercício de 2011, para atender o Convênio nº 761297/2011 celebrado com o Ministério dos Esportes.

4.2. BALANÇO PATRIMONIAL

Examinamos o balanço patrimonial encerrado em 31/12/2014, constatando sua apresentação adequada às normas, bem como os saldos das contas do sistema patrimonial e são consistentes e estão suportados por documentação hábil de aceitação fiscal; ressalvados as observações e recomendações efetuadas.

5. CONCLUSÃO

Os exames de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nos procedimentos emanados da legislação societária, consubstanciada na Lei nº 11.638/2007.

No presente trabalho, considerando os procedimentos adotados e normas de auditoria, não detectamos inconsistências no sistema de contabilidade, limitado à amostra de nosso trabalho.

O resultado de nosso trabalho demonstrou uma situação satisfatória, no gerenciamento do sistema dos registros contábeis das transações operacionais da entidade, bem como em relação aos controles internos preparados e adotados pela Confederação Brasileira de Tiro com Arco.

Ressaltamos que os pontos de recomendação apresentados no presente relatório devem ser analisados pela administração da entidade.
